



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

150
p

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0012786-11.2012.8.17.0001 (291168-2) - 9ª VARA CÍVEL DA CIDADE DE RECIFE-PE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: L PRIORI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
APELADA: G10 GRUPO DEZ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CONVENCIMENTO DO JUÍZO A QUO CONFORME ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS. MÉRITO. REVELIA. DOCUMENTAÇÃO PROBATÓRIA. PRECLUSÃO. PRELIMINAR REJEITADA. APELO IMPROVIDO.

- o Apelante sustenta ter sido prejudicado pelo fato do Julgador singular ter decidido pelo julgamento antecipado da lide;
- o convencimento do Juízo a quo se deu com os elementos existentes, o qual fora suficientemente motivado;
- No rito sumário, o não-comparecimento do réu à audiência de conciliação importa em revelia, a teor do §2º do art. 277 do CPC;
- Os documentos juntados pela Recorrente, em sede de apelo, como provas documentais deveriam ser juntadas aos autos no devido momento, a saber, na contestação;
- Preclusão da fase probatória;
- Preliminar rejeitada;
- Negado provimento ao apelo.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR** a preliminar argüida e no mérito **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

1
C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0012786-11.2012.8.17.0001 (291168-2) - 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: L PRIORI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
APELADA: G10 GRUPO DEZ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso contra sentença (fls.61) que julgou procedente "Ação de Cobrança".

A Apelada propôs o feito originário alegando que fora contratada pela Apelante para realizar serviços de construção civil orçados no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), os quais foram devidamente concluídos (fls. 28/42). No entanto, afirma a Apelada que só recebeu o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do sinal, equivalente a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (fls. 04).

Requeru a Autora em seus pedidos (fls. 07), a condenação da empresa Apelante ao pagamento da quantia de R\$ 32.214,46 (trinta e dois mil duzentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos), referente ao valor pela realização da obra contratada, devidamente atualizado (fls. 23).

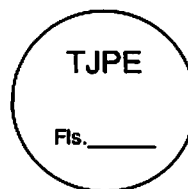
Por se tratar de rito sumário, designou o juízo a quo audiência de conciliação. Determinou a citação do Réu/Apelante sob as advertências dos artigos 277, § 2º e 278 do CPC (fls. 51).

Em sede de audiência de conciliação (fls. 58), verificando as partes possibilidade de transação requereram a redesignação do feito, o que foi deferido. Por sua vez, o ato remarcado restou prejudicado por não ter a Apelante comparecido, decretando, assim, o I. julgador de primeiro grau, a revelia da Recorrente(fls. 61).

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Proferida sentença (fls. 61), o Juízo a quo entendeu pela procedência do pleito autoral, determinando o pagamento à Apelada pela Apelante do valor de 32.341,46 (trinta e dois mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos). Foi a Recorrente condenada nos ônus da sucumbência.

Acreditando haver contradições e omissões na r. sentença, a Apelante opôs Embargos de Declaração (fls. 67/72) alegando que não poderia ser considerada revel e a ausência de instrução nos autos.

Oferecidas contrarrazões aos Embargos (fls. 74/79), pugnou a Embargada/Apelada pelo não provimento do Recurso.

Proferida decisão (fls. 82/83), o I. Julgador de piso negou provimento aos Embargos de Declaração, alegando que a Embargante, ora Apelante, *pretendia na verdade rediscutir o mérito da ação*.

Inconformada, A Apelante interpôs recurso de apelação (fls. 86/94), sustentando, preliminarmente, cerceamento de defesa, e no mérito, a relativização dos efeitos da revelia, defendendo a necessidade de instrução do feito.

Nas contrarrazões ao apelo (fls. 187/18), defende a Apelada, em suma, o não provimento do recurso.

Verificando a insuficiência do preparo (fls. 96), esta Relatoria determinou que a Apelante complementasse o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias (fls. 121), o que foi realizado, conforme comprovante constante nos autos (fls. 137).

É o relatório.

À D. Revisão.

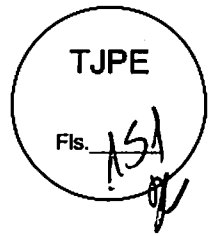
Recife,

10013
[Assinatura]
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0012786-11.2012.8.17.0001 (291168-2) - 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: L PRIORI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
APELADA: G10 GRUPO DEZ CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

V O T O

PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA,
ANTE O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Preliminarmente, o Apelante sustenta ter sido prejudicado pelo fato do Julgador singular ter decidido pelo julgamento antecipado da lide, porquanto, sem a instrução probatória, não tem como demonstrar a veracidade dos fatos narrados na inicial (fls. 134/136).

Contudo, a insurgência do Apelante não merece prosperar.

Isto porque, como é sabido o Juiz é o destinatário das provas, cabendo-lhe avaliar quais aquelas que seriam úteis ou imprescindíveis ao deslinde da controvérsia. No caso dos autos, julgou antecipadamente a lide por ter formado seu convencimento com os elementos existentes, o qual fora suficientemente motivado.

Observe-se o entendimento jurisprudencial acerca da matéria, *verbis*:

.....

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA - TIPIFICAÇÃO DOS ATOS - ART. 11 DA LEI 8.429/1992 - COMINAÇÃO DAS SANÇÕES - ART. 12 DA LIA - PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - SÚMULA 7/STJ - CUMULAÇÃO - POSSIBILIDADE - ART. 17, § 7º, DA LEI 8.429/1992 - PRESCINDIBILIDADE - NULIDADE ABSOLUTA - INOCORRÊNCIA - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO-CONFIGURADO.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

1. Não ocorre ofensa ao art. 535, II, do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.
 2. O magistrado não está obrigado a aplicar cumulativamente todas as penas previstas no art. 12 da Lei 8.429/92, podendo, mediante adequada fundamentação, fixá-las e dosá-las segundo a natureza, a gravidade e as consequências da infração.
 3. Em ação civil pública por ato de improbidade, basta que o autor faça uma descrição genérica dos fatos e imputações dos réus, sem necessidade de descrever em minúcias os comportamentos e as sanções devidas a cada agente.
 4. É possível condenar os agentes ímprobos em pena diversa das pleiteadas pelo parquet. Compreensão dos princípios do Direito Romano *jura novit curia* e da *mihi factum dabo tibi ius*, em que as leis são do conhecimento do juiz, bastando que as partes lhe apresentem os fatos.
 5. Modificar o quantitativo da sanção aplicada pela instância de origem enseja reapreciação dos fatos e da prova, obstaculado nesta instância especial - Súmula 7/STJ.
 6. A falta da notificação prevista no art. 17, § 7º, da Lei 8.429/1992 não invalida os atos processuais ulteriores, salvo quando ocorrer efetivo prejuízo. Precedentes do STJ.
 7. Não ocorre cerceamento de defesa por julgamento antecipado da lide, quando o julgador ordinário considera suficiente a instrução do processo.
 8. Recurso especial do Ministério Público Estadual parcialmente provido.
 9. Recurso especial do particular não provido.
- (REsp 1134461/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 12/08/2010). (g.n.).

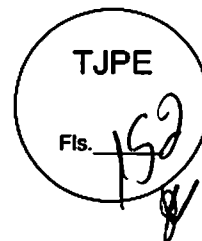
.....

Tributário. ICMS. Parcelamento. Denúncia Espontânea. Inexistência. Multa Moratória Devida. Ofensa ao Artigo 535, do CPC. Nulidade da Sentença por Falta de Fundamentação. Cerceamento de Defesa.

1. A finalidade da jurisdição é compor a lide e não a discussão exaustiva ao redor de todos os pontos e dos padrões legais enunciados pelos litigantes. Incumbe ao Juiz estabelecer as normas jurídicas que incidem sobre os fatos arvorados no caso concreto (*jura novit curia* e da *mihi factum dabo tibi jus*), atividade excluída da vontade dos litigantes. Inocorrência de ofensa ao art. 535, I e II, CPC.
2. Declinados pelo magistrado de primeiro grau explicitamente as razões e os argumentos utilizados para negar a pretensão da Autora, não sendo necessário o exame exaustivo de tudo o que suscitado nas peças de defesa, desde que consistente o embasamento adotado, afasta-se a alegação de ofensa ao artigo 458, do CPC.
3. O julgamento antecipado da lide (art. 330, I, CPC), não implica cerceamento de defesa, se desnecessária a instrução probatória.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



4. A Primeira Seção/STJ assentou que, ajustado o parcelamento da dívida e persistindo os pagamentos prometidos, configura-se a denúncia espontânea, descabendo a aplicação de multa (EREsp 191.195/RS - Rel. Min. Franciulli Netto).

5. Recurso Provido.

(REsp 243.263/SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2002, DJ 06/05/2002, p. 248). (g.n.).

.....

Assim, sem maiores delongas, deve ser **REJEITADA** a presente Preliminar de Nulidade por Cerceamento de Defesa em virtude do Julgamento Antecipado da Lide.

É como voto.

Recife,

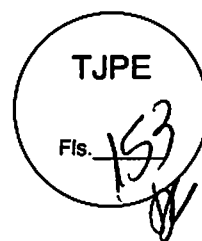
160813

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



MÉRITO

De logo, registro não merecer reparos a sentença vergastada. No rito sumário, o não-comparecimento do réu à audiência de conciliação importa em revelia, a teor do §2º do art. 277 do CPC¹, reputando-se verdadeiros os fatos alegados na petição inicial e devendo o juiz proferir, desde logo, a sentença

É bem verdade que o julgador pode decidir contra a pretensão do autor mesmo diante da revelia, mas no caso dos autos o direito da Apelada exsurge cristalino, comprovada a execução do serviço contratado (fls. 28/42).

A Apelante não apresentou qualquer argumento capaz de abalar os fundamentos da r. sentença hostilizada. Os documentos juntados pela Recorrente (98/99), em sede de apelo, como provas documentais deveriam ser juntadas aos autos no devido momento: na inicial, pelo autor; e na contestação, pelo réu, conforme determina o Código de Processo Civil².

Deveria a Apelante, em momento processual oportuno, impugnar os documentos e discutir os fatos alegados pela Autora/Apelada. Não o fazendo, preclusa encontra-se a matéria, uma vez que os argumentos apresentados no recurso não configuram nenhuma das hipóteses previstas no artigo 320 do Código de Processo Civil³.

¹ Art. 277. O juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de dez dias e sob advertência prevista no § 2º deste artigo, determinando o comparecimento das partes. Sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em dobro.

(...)

§ 2º Deixando injustificadamente o réu de comparecer à audiência, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial (art. 319), salvo se o contrário resultar da prova dos autos, proferindo o juiz, desde logo, a sentença.

(...)

² Art. 396. Compete à parte instruir a petição inicial (art. 283), ou a resposta (art. 297), com os documentos destinados a provar-lhe as alegações.

³ Art. 320. A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente:

I - se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;

II - se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Os julgados abaixo colacionados corroboram o entendimento desta
Relatoria, verbis:

.....

"Ação de cobrança. Cheque especial. Revelia. 1. Não pode o réu revel discutir em apelação questão própria da contestação, na dependência de prova de sua responsabilidade, que não mais pode produzir pelos efeitos da revelia, assim a demonstração de que inexatos os extratos e o respectivo detalhamento juntados com a inicial. 2. Recurso especial não conhecido". (3ª Turma – RESP 284929/MG – Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO – DJU 03.09.2001).

.....

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. REVELIA. ALEGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE ACORDO. PRECLUSÃO. DOCUMENTOS JUNTADOS INOPORTUNAMENTE. RECURSO IMPROVIDO. I - Conforme se depreende da certidão acostada à fl. 44 dos autos, transcorreu in albis o prazo assinalado sem que houvesse a manifestação da partes. Afigura-se, portanto, inviável, em sede de apelação, a tentativa de demonstração do cumprimento do acordo, eis que operada a preclusão. II - Não pode a ré, sem motivo de força maior que o justifique, promover a produção de prova documental em sede de apelação, em flagrante ofensa ao princípio do juiz natural, do duplo grau de jurisdição e do contraditório. III – Recurso improvido". (1ª Turma Cível – APC 2003.07.1000878-2 – Rel. Des. NÍVIO GONÇALVES – 01.06.2004).

.....

Pelo exposto, incensurável se mostra a r. decisão hostilizada.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença inalterada, por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

III - se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

144

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0291168-2– RECIFE-PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 19 de fevereiro de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor